

## 1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, listada no segmento do Novo Mercado da “B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão” (BM&FBovespa) sob o código UCAS3, desde 27 de abril de 2012. Fundada em 1985, a Companhia tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia possui contratos de revenda com agentes autorizados a explorar nossas marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New”, “Casa Brasileira” e “Unicasa Corporate” sob a forma de vendas exclusivas e multimarcas, no Brasil e no exterior.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. (controlada), incluída nas demonstrações contábeis consolidadas, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados. A controlada permanece aberta para atendimento dos clientes remanescentes da operação e como apoio para os clientes do segmento Unicasa Corporate da Controladora.

A Administração da Companhia tomou a decisão de reduzir o escopo do número de lojas próprias por meio do repasse delas para a administração direta de revendedores independentes autorizados. No primeiro trimestre de 2018 ocorreu o repasse de sua última revenda em atividade. Em 2017 e 2016 foram respectivamente 2 e 4 lojas repassadas, de um escopo que já foi de 7 operações próprias.

A Unicasa North America, LLC (controlada estabelecida nos Estados Unidos), também incluída nas demonstrações contábeis consolidadas, tem por objeto a prospecção e o comércio da marca Dell Anno na América do Norte. Possui capital social de USD 700.000,00 totalmente subscrito e integralizado. Foi constituída em 13 de novembro de 2018, iniciou suas atividades em julho de 2019 e suas operações estão em fase pré-operacional e de investimento.

## 2. Sumário das políticas contábeis

### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”).

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis e aquelas necessárias estão sendo divulgadas juntamente com a nota explicativa relacionada.

### **Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi finalizada e autorizada para uso em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2021.

## **2. Sumário das políticas contábeis--Continuação**

### **2.2 Base de consolidação**

As controladas Unicasa Comércio de Móveis Ltda. e a Unicasa North America, LLC são integralmente consolidadas a partir da data de constituição. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

### **2.3 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 5 – Contas a receber de clientes, 8 – Empréstimos concedidos, 14 – Imposto de renda e contribuição social, 16 – Provisões e 24 – Instrumentos financeiros.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e por sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

### **2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

### **2.6 IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros**

#### **2.6.1 Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

## 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

### 2.6 IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros—Continuação

#### 2.6.1 Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros—Continuação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

	Controladora e Consolidado
<b>Ativos financeiros</b>	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 4)	Custo amortizado
Contas a receber de clientes (Nota 5)	Custo amortizado
Empréstimos concedidos (Nota 8)	Custo amortizado
Outros ativos (Nota 10)	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>	
Fornecedores	Custo amortizado
Adiantamento de clientes (Nota 15)	Custo amortizado
Outros passivos (nota 16)	Custo amortizado

#### 2.6.2 Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a. Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.
- b. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria.
- c. Passivos financeiros: a Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15.

#### 2.6.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção de hedge.

## **2. Sumário das políticas contábeis--Continuação**

### **2.6 IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros—Continuação**

#### **2.6.4 Redução ao valor recuperável “modelo de perdas de crédito esperadas”**

O IFRS 9/CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo, não é único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

### **2.7 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida no contrato quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

#### **2.7.1 Receita de venda**

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e suas controladas não detém mais o controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

#### **2.7.2 Receita financeira**

A receita de juros é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. As receitas de juros são incluídas na rubrica de receitas financeiras, na demonstração do resultado.

### **2.8 Novos pronunciamentos técnicos e seus impactos na Companhia e suas controladas**

#### **2.8.1 IAS 1 / CPC 26 e IAS 8 / CPC23 – Definição de material**

Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 e modifica a definição de “*materia*”, esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas. A administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **2.8.2 CPC 00 – Estrutura conceitual para relatórios financeiros**

Estrutura conceitual que introduz alterações em várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativos/passivos e de gastos/rendimentos, além de conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

#### **2.8.3 Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14**

Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.

#### **2.8.4 Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15**

Alterações em pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência”, quanto à contabilização de Hedge. A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos.

#### **2.8.5 IFRS 16 / CVM 859/2020**

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso, não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos.

### **2.9 Normas e interpretações e normas ainda não vigentes**

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais terão sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, referente adoção destas normas:

- **Alteração da norma IAS 1 – classificação de passivos como circulante ou não-circulante.** Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;
- **Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020** - efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- **Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado** - resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- **Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso** - custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- **Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual** - esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- **Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro** - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis;
- **Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9** - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### 3. Caixa, equivalentes de caixa

	Indexador	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos			<b>4.542</b>	4.772	<b>5.939</b>	5.186
Equivalentes de caixa						
CDB	<b>CDI</b>	<b>97,89%</b>	<b>40.844</b>	39.287	<b>41.645</b>	40.344
Aplicação automática	<b>CDI</b>	-	-	31	-	31
			<b>45.386</b>	44.090	<b>47.584</b>	45.561

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### 4. Aplicações financeiras

	Indexador	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
<b>Aplicações financeiras</b>						
CDB	<b>CDI</b>	<b>113,00%</b>	<b>3.270</b>	24.373	<b>3.270</b>	24.373
			<b>3.270</b>	24.373	<b>3.270</b>	24.373
Ativo circulante (*)			-	21.149	-	21.149
Ativo não circulante			<b>3.270</b>	3.224	<b>3.270</b>	3.224
			<b>3.270</b>	24.373	<b>3.270</b>	24.373

(\*) A redução se refere ao resgate de valores para pagamento de dividendos (R\$ 12.082) e juros sobre capital próprio (R\$ 4.393).

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e têm vencimento original de longo prazo.

### 5. Contas a receber de clientes

Representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia, são acrescidas de variação cambial, quando aplicável, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As transações de contas a receber de clientes foram ajustadas a seu valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>No mercado nacional</b>				
de terceiros	<b>43.695</b>	43.853	<b>43.915</b>	44.157
de partes relacionadas (Nota 22)	<b>1.071</b>	1.091	<b>1.018</b>	1.050
<b>No mercado externo</b>				
de terceiros (*)	<b>2.198</b>	2.997	<b>2.198</b>	2.997
<b>Cheques a receber</b>	<b>539</b>	1.195	<b>539</b>	1.195
	<b>47.503</b>	49.136	<b>47.670</b>	49.399
(-) Perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos	<b>(8.382)</b>	(10.485)	<b>(8.409)</b>	(10.626)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	<b>(386)</b>	(525)	<b>(386)</b>	(525)
	<b>38.735</b>	38.126	<b>38.875</b>	38.248
Ativo circulante	<b>29.887</b>	30.366	<b>30.027</b>	30.488
Ativo não circulante	<b>8.848</b>	7.760	<b>8.848</b>	7.760
	<b>38.735</b>	38.126	<b>38.875</b>	38.248

## 5. Contas a receber de clientes -- Continuação

(\*) O contas a receber da Companhia está suscetível a incidência de variações em função das taxas de câmbio sobre as transações no mercado externo. Com o intuito de minimizar o risco cambial, celebra contratos de trava de exportação. No exercício, o efeito da variação destes contratos de trava impactou em ganho de em R\$ 5.

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a novações de créditos junto a clientes da rede. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. Os prazos médios de recebimento, ponderado pelo prazo médio de vencimento do faturamento, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram de 38 e 34 dias, respectivamente.

As perdas estimadas com créditos de devedores duvidosos são constituídas pela análise individual da totalidade de contas a receber de clientes com saldos vencidos há mais de 90 dias, considerando sua capacidade de pagamento, o cenário econômico atual e prospectivo, a avaliação dos níveis de inadimplência e garantias recebidas, bem como a avaliação das renegociações realizadas, sendo provisionados também casos específicos ainda não vencidos, que no julgamento da Administração da Companhia possuem risco de não serem recebidos.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	(10.485)	(24.605)	(10.626)	(24.793)
Adições	(1.701)	(1.794)	(1.701)	(1.804)
Recuperações / realizações	1.103	1.691	1.217	1.748
Baixa por incobráveis	2.701	14.223	2.701	14.223
Saldo no final do exercício	(8.382)	(10.485)	(8.409)	(10.626)

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes por vencimento é como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	30.127	28.782	30.294	29.045
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	987	3.021	987	3.021
De 31 a 60 dias	352	1.040	352	1.040
De 61 a 90 dias	323	475	323	475
De 91 a 180 dias	757	994	757	994
Acima de 181 dias	14.957	14.824	14.957	14.824
	47.503	49.136	47.670	49.399

## 6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

O saldo dos estoques está composto como segue:

## 6. Estoques --Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos prontos	218	45	189	58
Produtos em elaboração	1.651	1.558	1.651	1.558
Mercadorias para revenda	387	291	658	347
Matérias primas	19.790	15.644	19.790	15.644
Adiantamentos a fornecedores	1.218	1.728	1.218	1.728
Materiais diversos	1.849	1.600	1.849	1.600
Provisão para obsolescência	(1.112)	(737)	(1.112)	(737)
	<b>24.001</b>	<b>20.129</b>	<b>24.243</b>	<b>20.198</b>

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(737)	(780)
Adições	(1.359)	(1.109)
Recuperações / realizações	984	1.152
Saldo no final do exercício	<b>(1.112)</b>	<b>(737)</b>

## 7. Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 586 (R\$ 532 em 31 de dezembro de 2019) está composto substancialmente por apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Os ativos são mantidos pelo seu valor contábil, sendo inferiores aos seus valores justos, deduzidos das despesas de venda.

## 8. Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas, mensurados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais (taxas prefixadas e condições de pagamento) de forma líquida da provisão para perdas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,52% ao ano (10,86% aa em 2019). Possui garantias hipotecárias em primeiro grau para a maioria das operações.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos concedidos	3.144	3.819
(-) Perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos	(637)	(1.093)
	<b>2.507</b>	<b>2.726</b>
Ativo circulante	775	1.055
Ativo não circulante	1.732	1.671
	<b>2.507</b>	<b>2.726</b>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	(1.093)	(1.075)	(1.093)	(1.075)
Adições	-	(131)	-	(131)
Recuperações / realizações	113	113	113	113
Baixa por incobráveis	343	-	343	-
Saldo no final do exercício	<b>637</b>	<b>(1.093)</b>	<b>637</b>	<b>(1.093)</b>



## 9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de Renda	1.173	1.375	1.187	1.394
Contribuição Social	223	335	223	337
Outros	73	327	73	327
	<b>1.469</b>	<b>2.037</b>	<b>1.483</b>	<b>2.058</b>

## 10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outros ativos - circulante:				
Despesas antecipadas	2.144	1.855	2.173	1.886
Adiantamentos e antecipações	297	414	387	416
Devedores diversos (*)	74	616	74	616
Outras contas a receber – venda operações próprias (**)	218	94	431	923
	<b>2.733</b>	<b>2.979</b>	<b>3.065</b>	<b>3.841</b>
Outros ativos – não circulante:				
Outras contas a receber – venda operações próprias (**)	-	933	-	1.111
Outros	42	28	106	68
	<b>42</b>	<b>961</b>	<b>106</b>	<b>1.179</b>

(\*) Refere-se, principalmente, à verba de propaganda cooperada a receber de revendedores para veiculação de campanhas de marketing.

(\*\*) Corresponde ao saldo a receber de terceiros pela alienação de parte das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio Ltda., conforme comentado na Nota 1. Esta operação está coberta parte por garantias reais, conforme estipulado nos contratos. A previsão de recebimento está evidenciada a seguir:

Exercício	Controladora	Consolidado
	R\$	R\$
2021	218	431
Total do saldo a receber	218	431

## 11. Investimentos em controladas

O investimento em controlada é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2). Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.		Unicasa North America, LLC	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante	1.279	2.172	1.736	429
Ativo não circulante	29	216	64	44
Passivo circulante e não circulante	1.183	1.931	788	146
Patrimônio líquido	125	457	1.012	327
Capital social	20.430	20.430	3.093	755

  

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.		Unicasa North America, LLC	
	2020	2019	2020	2019
Receita líquida	647	3.124	2.519	372
Lucro líquido / (Prejuízo) do período na controlada	(332)	67	(1.905)	(489)
% Participação	99,99%	99,99%	100,0%	100,0%
Equivalência patrimonial antes das eliminações	(332)	67	(1.905)	(489)
Efeito de lucro não realizado	-	21	(21)	-
Resultado da equivalência patrimonial	(332)	88	(1.926)	(489)

## 11. Investimentos em controladas -- Continuação

A movimentação do investimento em controladas está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Saldo do investimento em controladas no início do exercício	776	362
Integralização de capital na controlada	2.338	754
Resultado de equivalência patrimonial	(2.258)	(401)
Outros resultados abrangentes	252	61
Saldo do investimento em controladas no final do exercício	1.108	776

## 12. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas de depreciação e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A avaliação do valor recuperável de ativos ("Impairment"), atende às Normas Contábeis Brasileiras (CPC 01) e recomenda que, se houver algum sinal de que o ativo possa ter sido desvalorizado, a organização deverá realizar uma avaliação no final de cada período e se houver indicações deve estimar o valor recuperável do ativo. A Companhia mantém seu parque fabril em constante modernização e renovação, assim avaliou seu ativo e não há sinal de desvalorização, com isso não é necessário constituir provisão de *Impairment*.

..

## 12.Imobilizado--Continuação

A composição do imobilizado está evidenciada a seguir:

### Controladora

<b>Custo do imobilizado</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Benfeitorias e Instalações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Imobilizado em andamento (*)</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2018	1.378	21.162	12.537	105.479	2.338	3.557	1.861	148.312
Aquisições	-	5	-	112	48	16	2.850	3.031
Baixas	-	-	-	(4.034)	(76)	(85)	(2)	(4.197)
Transferências	-	32	127	2.312	16	129	(2.616)	-
Saldo em 31/12/2019	1.378	21.199	12.664	103.869	2.326	3.617	2.093	147.146
Aquisições	-	-	22	160	219	81	6.561	7.043
Baixas	-	-	(777)	(1.524)	(54)	(179)	-	(2.534)
Transferências	-	1	1.589	1.246	30	56	(2.922)	-
Saldo em 31/12/2020	1.378	21.200	13.498	103.751	2.521	3.575	5.732	151.655

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Benfeitorias e Instalações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2018	-	(6.761)	(4.975)	(54.463)	(1.438)	(2.057)	-	(69.694)
Depreciações	-	(341)	(632)	(4.661)	(169)	(522)	-	(6.325)
Baixas	-	-	-	3.446	73	84	-	3.603
Saldo em 31/12/2019	-	(7.102)	(5.607)	(55.678)	(1.534)	(2.495)	-	(72.416)
Depreciações	-	(339)	(604)	(5.067)	(210)	(459)	-	(6.679)
Baixas	-	-	615	1.438	42	176	-	2.271
Saldo em 31/12/2020	-	(7.441)	(5.596)	(59.307)	(1.702)	(2.778)	-	(76.824)

### Imobilizado líquido

Saldo em 31/12/2018	1.378	14.401	7.562	51.016	900	1.500	1.861	78.618
Saldo em 31/12/2019	1.378	14.097	7.057	48.191	792	1.122	2.093	74.730
Saldo em 31/12/2020	1.378	13.759	7.902	44.444	819	797	5.732	74.831

### Consolidado

<b>Custo do imobilizado</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Benfeitorias e Instalações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Imobilizado em andamento (*)</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2018	1.378	21.162	12.538	105.519	2.346	3.614	1.861	148.418
Aquisições	-	5	-	112	48	20	2.850	3.035
Baixas	-	-	-	(4.034)	(76)	(87)	(2)	(4.199)
Transferências	-	32	127	2.312	16	129	(2.616)	-
Saldo em 31/12/2019	1.378	21.199	12.665	103.909	2.334	3.676	2.093	147.254
Aquisições	-	-	22	164	220	93	6.561	7.060
Baixas	-	-	(777)	(1.524)	(54)	(179)	-	(2.534)
Transferências	-	1	1.589	1.246	30	56	(2.922)	-
Saldo em 31/12/2020	1.378	21.200	13.499	103.795	2.530	3.646	5.732	151.780

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Benfeitorias e Instalações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2018	-	(6.761)	(4.976)	(54.499)	(1.440)	(2.079)	-	(69.755)
Depreciações	-	(341)	(632)	(4.667)	(170)	(530)	-	(6.340)
Baixas	-	-	-	3.445	73	85	-	3.603
Saldo em 31/12/2019	-	(7.102)	(5.608)	(55.721)	(1.537)	(2.524)	-	(72.492)
Depreciações	-	(339)	(604)	(5.067)	(211)	(488)	-	(6.709)
Baixas	-	-	615	1.438	42	176	-	2.271
Saldo em 31/12/2020	-	(7.441)	(5.597)	(59.350)	(1.706)	(2.836)	-	(76.930)

### Imobilizado líquido

Saldo em 31/12/2018	1.378	14.401	7.562	51.020	906	1.535	1.861	78.663
Saldo em 31/12/2019	1.378	14.097	7.057	48.188	797	1.152	2.093	74.762
Saldo em 31/12/2020	1.378	13.759	7.902	44.445	824	810	5.732	74.850

<b>Taxa média</b>	-	7,59%	7,42%	6,43%	10%	20%	-	
<b>Vida útil média (em anos)</b>	-	68,23	25,55	15,70	10,00	5,00	-	

(\*) A principal natureza que compõem a conta de imobilizado em andamento refere-se à aquisição e reforma de máquinas.

## 13. Intangível

Os ativos intangíveis com vida definida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização destes ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado.

### Controladora

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 31/12/2018	1.662	67	6.743	8.472
Aquisições	648	174	-	822
Amortização	(595)	(26)	(1.790)	(2.411)
Saldos em 31/12/2019	1.715	215	4.953	6.883
Aquisições	138	-	-	138
Baixas	(28)	-	(2.991)	(3.019)
Baixa amortização	-	-	2.175	2.175
Amortização	(504)	(31)	(1.635)	(2.170)
Saldos em 31/12/2020	1.321	184	2.502	4.007

### Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 31/12/2018	1.662	67	6.743	8.472
Aquisições	648	174	-	822
Amortização	(595)	(26)	(1.790)	(2.411)
Saldos em 31/12/2019	1.715	215	4.953	6.883
Aquisições	138	-	-	138
Baixas	(30)	-	(2.991)	(3.021)
Baixa amortização	2	-	2.175	2.177
Amortização	(504)	(31)	(1.635)	(2.170)
Saldos em 31/12/2020	1.321	184	2.502	4.007
<b>Taxa média</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>	<b>7,40%</b>	
<b>Vida útil média (em anos)</b>	<b>5,00</b>	<b>10,00</b>	<b>2,00</b>	

### Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2020, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 1.475 (R\$ 1.372 em 31 de dezembro 2019).

## 14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período.

O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações nos resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

## 14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Balanco patrimonial		Resultado		Balanco patrimonial		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Sobre diferenças temporárias:</b>								
<b>Ativas</b>								
Provisão para perdas estimadas com créditos de devedores duvidosos	3.066	3.937	(870)	(4.794)	3.066	3.937	(870)	(4.794)
Provisão para estoques obsoletos	378	251	127	(14)	378	251	127	(14)
Provisão para perdas com avais	44	884	(839)	-	44	884	(839)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e de encerramento de relação comercial	3.320	3.679	(359)	(1.910)	3.320	3.679	(359)	(1.910)
Ajuste a valor presente – AVP	131	186	(55)	35	131	186	(55)	35
Outras provisões e diferenças temporárias	475	369	105	(141)	475	369	105	(141)
	7.414	9.306	(1.891)	(6.824)	7.414	9.306	(1.891)	(6.824)
<b>Sobre base de prejuízos fiscais</b>	4.982	6.136	(1.154)	(2)	4.982	6.136	(1.154)	(2)
	12.396	15.442	(3.045)	(6.826)	12.396	15.442	(3.045)	(6.826)
<b>Passivas</b>								
Diferença depreciação fiscal e societária	(9.494)	(9.567)	73	(362)	(9.494)	(9.567)	73	(362)
Total	2.902	5.875	(2.972)	(7.188)	2.902	5.875	(2.972)	(7.188)

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros. Com base nessas projeções, a estimativa de recuperação de saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrados a seguir:

Exercício	Controladora e Consolidado
2021	5.796
2022	1.862
2023	2.140
2024	420
2025	24
2026 a 2030	2.154
Total – Ativos fiscais diferidos	12.396

Em 31 de dezembro de 2020 a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. possui um saldo de R\$ 17.563 acumulados de prejuízos fiscais de IRPJ e CSLL e decorrentes de diferenças temporárias para os quais não foram reconhecidos os ativos fiscais diferidos correspondentes.

## 14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local está descrita a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro antes dos impostos	<b>20.383</b>	25.176	<b>20.383</b>	25.176
IR (25%) e CS (9%) à taxa nominal	<b>(6.930)</b>	(8.560)	<b>(6.930)</b>	(8.560)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	<b>2.413</b>	1.701	<b>2.413</b>	1.701
Equivalência patrimonial	<b>(768)</b>	(136)	<b>(768)</b>	-
Despesas não dedutíveis	<b>(629)</b>	(277)	<b>(629)</b>	(277)
Reversão base Prejuízo fiscal Comércio	-	-	-	(136)
Outras exclusões/adições permanentes	<b>364</b>	80	<b>364</b>	80
Total do IR e CS:	<b>(5.550)</b>	<b>(7.192)</b>	<b>(5.550)</b>	<b>(7.192)</b>
Despesa de IR e CS corrente	<b>(2.578)</b>	(4)	<b>(2.578)</b>	(4)
IR e CS diferidos referentes à:				
Constituição e reversão de diferenças temporárias	<b>(1.818)</b>	(7.186)	<b>(1.818)</b>	(7.186)
Constituição e reversão sobre prejuízo fiscal	<b>(1.154)</b>	(2)	<b>(1.154)</b>	(2)
	<b>(5.550)</b>	<b>(7.192)</b>	<b>(5.550)</b>	<b>(7.192)</b>
Alíquota efetiva	<b>27%</b>	29%	<b>27%</b>	29%

## 15. Adiantamento de Clientes

São valores recebidos antecipadamente dos revendedores exclusivos por conta do fornecimento futuro de mercadorias.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Valores em R\$	<b>18.874</b>	15.329	<b>20.399</b>	17.063

## 16. Provisões

### a) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis. A provisão está composta como segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para riscos trabalhistas	<b>1.677</b>	1.186
Provisão para riscos tributários	<b>749</b>	791
Provisão para riscos cíveis	<b>6.111</b>	6.824
	<b>8.537</b>	8.801

## 16. Provisões--Continuação

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, a reclamações de horas-extras.

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente ao imposto de importação e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia poderá vir a ser considerada parte solidária.

Em 31 de dezembro de 2020, os processos classificados como perda possível estão demonstrados a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Processos trabalhistas	<b>140</b>	489
Processos tributários	<b>3.021</b>	3.013
Processos cíveis	<b>6.139</b>	12.771
	<b>9.300</b>	16.273

Cíveis: Os processos cíveis avaliados pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perda possível referem-se a processos envolvendo os lojistas e consumidores finais.

Tributárias: Os processos tributários avaliados pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perda possível referem-se ao processo de INSS e ICMS-ST.

Trabalhista: Os processos trabalhistas avaliados pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perda possível referem-se a reclamações apresentadas por ex-empregados da Companhia relacionados a horas-extras.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo no início do exercício	<b>8.801</b>	10.954
Adições	<b>3.419</b>	4.643
Recuperações / realizações	<b>(3.683)</b>	(6.796)
Saldo no final do exercício	<b>8.537</b>	8.801

### b) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Depósitos judiciais trabalhistas	<b>171</b>	338	<b>171</b>	338
Depósitos judiciais tributários	<b>534</b>	536	<b>534</b>	536
Depósitos judiciais cíveis	<b>975</b>	1.113	<b>985</b>	1.123
	<b>1.680</b>	1.987	<b>1.690</b>	1.997

## 16. Provisões—Continuação

### c) Provisão para encerramento de relação comercial com revendedores

A Companhia registrou provisão para cobrir obrigações assumidas sobre pedidos firmados com consumidores que se encontravam pendentes de entrega e montagem por parte dos revendedores, sendo a movimentação do exercício demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	2.020	5.485
Adições	438	-
Realizações	(1.231)	(3.465)
Saldo no final do exercício	1.227	2.020

### d) Ativo contingente

#### UNICASA INDÚSTRIA

Em abril de 2000, a Companhia interpôs Mandado de Segurança na Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Sul (JFRS), objetivando excluir o ICMS sobre vendas da base de cálculo do PIS/COFINS. O processo foi julgado improcedente em todas as instâncias recursais, tendo transitado em julgado em abril de 2006. Posteriormente, a Companhia ingressou com novo Mandado de Segurança na JFRS, baseando-se na decisão do STF, no Recurso Extraordinário nº 240.785-2, no qual foi votado pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, apesar de que, naquele momento, ainda não havia decisão em repercussão geral da questão. O processo foi extinto sem resolução de mérito, em maio de 2017, em razão da litispendência com o processo julgado em abril de 2006. Foi apresentado Recurso de Apelação pela Companhia, no qual restou julgado improcedente. Diante disso, interposto Recurso extraordinário, o qual foi negado seguimento. O processo transitou em julgado dia 23/10/2019.

Em setembro de 2018, a Companhia interpôs outro Mandado de Segurança na JFRS, dessa vez baseando-se no fato de que a Lei nº 12.973/14 trouxe novos dispositivos aplicáveis ao tema, requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS apenas das operações ocorridas a partir de 2015, momento em que a mesma passou a vigor para a Companhia. Este processo foi julgado extinto sem resolução de mérito, tendo sido alegada a litispendência deste processo em relação ao Mandado de Segurança extinto em maio de 2017. Apesar de interposto o Recurso de Apelação cabível, a Procuradoria Nacional aportou manifestação nos autos do processo dizendo não se opor ao afastamento da litispendência. Por tal razão, o juízo de primeiro grau reconsiderou a decisão que extinguiu o processo sem resolução do mérito, dando seguimento a ação. Em seguida, proferida decisão indeferido o pedido liminar, a qual foi objeto de recurso (Agravo de Instrumento) pela Companhia. Após, proferida sentença de mérito de procedência. Assim, tendo em vista a procedência do pedido, o Agravo de Instrumento interposto a fim de discutir a antecipação da tutela perdeu objeto e transitou em julgado.

Processado o feito, a União interpôs recurso de Apelação e a Companhia apresentou contrarrazões a Apelação. Subsequentemente, a Apelação foi distribuída para a 1ª Turma do TRF4, sob relatoria do Desembargador Alexandre Gonçalves Lippel. Intimado, o MPF protocolou parecer informando não verificar a presença de situação que justifique sua intervenção, motivo pelo qual deixou de oferecer manifestação sobre o mérito. Ato contínuo, o processo foi incluído em pauta para julgamento, tendo a 1ª Turma do TRF4, por unanimidade, mantido a sentença. De referida decisão, a União opôs Embargos de Declaração, requerendo a suspensão do processo até o julgamento dos Embargos de Declaração nos autos do RE 574.706. A Companhia, devidamente intimada, apresentou contrarrazões aos Embargos, requerendo seu desacolhimento pela inexistência de omissão a ser sanada. A 1ª Turma, ao analisar a questão suscitada, entendeu por negar provimento aos embargos pela inexistência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão. Ato contínuo, a União interpôs Recursos Especial e Extraordinário, visando reformar o acórdão do TRF4. Devidamente intimada, a Companhia apresentou contrarrazões contra ambos os Recursos. Na sequência, recebido o feito pela Vice-Presidência do Tribunal, foram proferidas decisões negando seguimento ao Recurso Extraordinário



## 16. Provisões—Continuação

### c) Ativo Contingente —Continuação

da União, em razão do julgado do STF, e não admitido o Recurso Especial sob o entendimento de que a matéria é totalmente constitucional, não havendo objeto para esse recurso. No atual momento, aguarda-se eventual interposição recursal da União.

Diante dos fatos narrados, não há efeitos na Demonstração Contábil respectivo a esse tema. A Companhia entende que a chance de êxito nesta demanda é remota.

### UNICASA COMÉRCIO

Em março de 2017, a Companhia interpôs Mandado de Segurança na Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Sul (JFRS), objetivando excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Processado o feito, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar, a qual foi objeto de recurso (Agravado de Instrumento) pela Companhia. Ao analisar a matéria, a 2ª Turma deferiu o pedido nos autos do Agravado de Instrumento. Após, recebida a comunicação eletrônica em primeiro grau e proferida sentença de mérito concedendo a segurança pleiteada. Tendo em vista a procedência do pedido, o Agravado de Instrumento interposto perdeu objeto e transitou em julgado.

Ato contínuo, a União interpôs recurso de Apelação e a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso. Subsequentemente, a Apelação foi distribuída para a 2ª Turma do TRF4, sob relatoria do desembargador Alexandre Rossato.

Processado o feito, a 2ª Turma do TRF4, por unanimidade, manteve a sentença favorável à Companhia. Do referido acórdão, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados pela inexistência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Devidamente intimada, a União interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário e a Companhia apresentou contrarrazões aos recursos.

Ao analisar os mesmos, em exame de admissibilidade, a Vice-Presidente do TRF4 negou seguimento ao Recurso Extraordinário e não admitiu o Recurso Especial da União. Da referida decisão, a União interpôs Agravado em Recurso Especial e a Companhia apresentou contrarrazões ao mesmo. Ao analisar o Agravado, a Vice-Presidente entendeu por manter a decisão agravada por seus próprios fundamentos, remetendo o feito ao Tribunal Superior competente.

Recebidos os autos no Superior Tribunal de Justiça sob o nº 1.540.249/RS e distribuídos à Ministra Assusete Magalhães da 2ª Turma. Processado o feito, a Turma, por unanimidade, conheceu o agravo para conhecer em parte o recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento. Da referida decisão, a União opôs Embargos de Declaração e a Companhia apresentou contrarrazões. A 2ª Turma, ao apreciar o incidente, por unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração.

Em 10/06/2020, o processo transitou em julgado de forma favorável à Companhia e foi baixado para o TRF4.

Recebidos os autos em primeiro grau, as partes foram intimadas do retorno dos autos e, a Companhia levantou os devidos créditos no valor de R\$ 1.800 em 30 de setembro de 2020. O pedido de habilitação do crédito ainda consta pendente junto à Receita Federal, não sendo registrado pela Companhia devido a inexistência de geração de receita para realização deste crédito, tornando um ativo não realizável.

Devido a inexistência de geração de receita para realização deste crédito, a Administração da Companhia decidiu que ingressará com ação judicial com pedido de repetição de indébito do crédito. Dessa forma, o valor do crédito será registrado nas demonstrações contábeis da Companhia quando da procedência do pedido de repetição. Ademais, o crédito gerado pela decisão favorável à Companhia não produz efeitos nas suas demonstrações contábeis.

## 17. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outros passivos - circulante:				
Outras provisões	750	840	824	917
Contratos a faturar (*)	1.310	2.304	1.310	2.304
Arrendamento – Leases (**)	248	228	248	228
Ordens cambiais	846	1.247	846	1.247
Outros passivos	368	672	368	672
	<b>3.522</b>	<b>5.291</b>	<b>3.596</b>	<b>5.368</b>
Outros passivos – não circulante:				
Arrendamento – Leases (**)	530	135	530	135
	<b>530</b>	<b>135</b>	<b>530</b>	<b>135</b>

(\*) O montante de R\$ 1.310, em 31 de dezembro de 2020, (R\$ 2.304 em 31 de dezembro de 2019) se refere a contratos com obrigações de performance futuras - Unicasa Corporate.

(\*\*) Dentro do contexto da aplicação do CPC 06 (R2), a Companhia avaliou sua carteira de contratos e estes foram classificados na isenção da norma. No exercício, foi reconhecido em despesa o montante de R\$ 269 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2019).

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia totaliza R\$ 147.000 em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### b) Reservas de lucros

#### Reserva legal

Constituída em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 742 (R\$ 899 em 31 de dezembro de 2019), com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social integralizado.

### c) Outros resultados abrangentes

Corresponde ao efeito acumulado de conversão cambial da moeda funcional para a moeda original das demonstrações contábeis da controlada do exterior, apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do período como ganho ou perda, quando da alienação ou baixa do investimento.

### d) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício após constituições das reservas previstas em lei.

Do lucro auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

## 18. Patrimônio líquido -- Continuação

### e) Dividendos e juros sobre capital próprio --Continuação

	2020
Lucro líquido do exercício	14.833
Reserva legal (5%)	(742)
Base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	14.091
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>3.523</b>
 <b>Distribuição proposta</b>	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 6.282 líquido de IRRF)	7.097
Dividendos adicionais propostos	6.994
<b>Total proposto para distribuição</b>	<b>14.091</b>
 Dividendos distribuídos acima do mínimo	6.994
Dividendos acima do mínimo por ação	0,10583

Os dividendos propostos e não pagos estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2020.

Sobre os juros sobre o capital próprio, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (R\$ 816), exceto para acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabelece alíquota diversa.

### f) Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

#### Resultado básico por ação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentou resultado por ação básico, calculado mediante a divisão do lucro líquido do período pela média ponderada de ações em circulação, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	14.833	17.984
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	66.086	66.086
Resultado por ação – básico (R\$)	0,22444	0,27213

#### Resultado diluído por ação

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

## 19. Receita líquida de vendas

A receita é reconhecida no resultado mediante a satisfação de performance com os revendedores, momento determinado pela transferência da posse dos produtos. Obrigações de performance contratuais com consumidores finais são de responsabilidade dos revendedores. As vendas são realizadas à vista, sob a forma de pagamentos antecipados, ou a prazo, financiadas com recursos próprios da Companhia.

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita bruta de vendas	<b>190.988</b>	191.784	<b>192.495</b>	193.827
IPI sobre vendas	<b>(7.878)</b>	(8.083)	<b>(7.878)</b>	(8.083)
Receita bruta de vendas (-) IPI	<b>183.110</b>	183.701	<b>184.617</b>	185.744
ICMS sobre vendas	<b>(18.550)</b>	(18.873)	<b>(18.644)</b>	(19.321)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS)	<b>(14.636)</b>	(15.063)	<b>(14.714)</b>	(15.439)
Devoluções de vendas	<b>(285)</b>	(636)	<b>(285)</b>	(636)
Ajuste a valor presente - AVP	<b>(525)</b>	(998)	<b>(525)</b>	(998)
	<b>149.114</b>	148.131	<b>150.449</b>	149.350

## 20. Despesas por função e por natureza

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos bens e serviços vendidos	<b>(91.987)</b>	(90.237)	<b>(91.765)</b>	(89.892)
Despesas com vendas	<b>(27.303)</b>	(24.276)	<b>(31.707)</b>	(26.931)
Despesas administrativas	<b>(14.092)</b>	(15.328)	<b>(14.093)</b>	(15.328)
	<b>(133.382)</b>	(129.841)	<b>(137.565)</b>	(132.151)
<b>Despesas por natureza</b>				
Despesas com insumos	<b>(64.219)</b>	(63.440)	<b>(64.024)</b>	(63.099)
Despesas com pessoal	<b>(28.476)</b>	(27.830)	<b>(31.149)</b>	(29.232)
Despesas com serviços de terceiros	<b>(12.825)</b>	(12.872)	<b>(13.929)</b>	(13.627)
Despesas com processos cíveis	<b>(1.803)</b>	(5.086)	<b>(1.808)</b>	(5.098)
Despesas com depreciação e amortização	<b>(8.849)</b>	(8.736)	<b>(8.879)</b>	(8.750)
Despesas com propaganda	<b>(5.090)</b>	(5.700)	<b>(5.317)</b>	(5.887)
Despesas / (Reversão) com provisões	<b>(1.296)</b>	2.308	<b>(1.569)</b>	2.741
Despesas com viagens	<b>(1.167)</b>	(2.706)	<b>(1.359)</b>	(2.775)
Despesas com energia elétrica	<b>(2.603)</b>	(2.714)	<b>(2.608)</b>	(2.716)
Despesas com comissões	<b>(2.551)</b>	(1.755)	<b>(1.686)</b>	(1.755)
Outras despesas	<b>(4.503)</b>	(1.310)	<b>(5.237)</b>	(1.953)
	<b>(133.382)</b>	(129.841)	<b>(137.565)</b>	(132.151)

## 21. Outras receitas operacionais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Prêmio bancário (*)	<b>1.443</b>	1.271	<b>1.443</b>	1.271
Ganho com alienação do ativo imobilizado	<b>4</b>	32	<b>4</b>	32
Outras receitas operacionais	<b>3.534</b>	1.119	<b>4.034</b>	1.619
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>4.981</b>	2.422	<b>5.481</b>	2.922

(\*) Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia.

## 22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(79)	(138)	(104)	(150)
Despesas com variação cambial	(5.160)	(1.100)	(5.160)	(1.100)
Ajuste a valor presente – AVP	(548)	(600)	(548)	(600)
Descontos concedidos	(188)	(491)	(188)	(492)
Outras despesas financeiras	(19)	(50)	(19)	(50)
	<b>(5.994)</b>	<b>(2.379)</b>	<b>(6.019)</b>	<b>(2.392)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros recebidos	1.396	1.271	1.490	1.368
Rendimentos de aplicações financeiras	1.144	2.875	1.165	2.981
Receitas com variação cambial	4.655	1.006	4.655	1.006
Ajuste a valor presente – AVP	1.235	1.494	1.235	1.494
Outras receitas financeiras	284	728	284	728
	<b>8.714</b>	<b>7.374</b>	<b>8.829</b>	<b>7.577</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.720</b>	<b>4.995</b>	<b>2.810</b>	<b>5.185</b>

## 23. Transações e saldos com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas, outras empresas controladas por acionistas da Companhia, profissionais chaves da administração e outras partes relacionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Prazo	Controladora				Consolidado			
		Ativo		Resultado		Ativo		Resultado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b><u>Controladas</u></b>									
<b>Unicasa North America, LLC</b>									
Venda de móveis		-	-	532	-	-	-	-	-
Despesa com comissão		-	-	(865)	(309)	-	-	-	-
<b>Unicasa Comércio de Móveis Ltda.</b>									
Contas a receber de clientes	87 dias	53	41	-	-	-	-	-	-
Venda de móveis		-	-	433	1.969	-	-	-	-
<b><u>Controladas por acionistas da</u></b>									
<b><u>Unicasa Indústria de Móveis S.A.</u></b>									
<b>Even Construtora e Incorporadora S.A.</b>									
Contas a receber de clientes	30 dias	25	211	-	-	25	211	-	-
Venda de móveis		-	-	490	4.075	-	-	490	4.075
<b>Telasul Indústria de Móveis S.A.</b>									
Contas a receber de clientes	677 dias	392	499	-	-	392	499	-	-
Venda de móveis		-	-	-	13	-	-	-	13
Revenda de itens		-	-	20	14	-	-	20	14
Venda de imobilizado		-	-	-	496	-	-	-	496
<b><u>Pessoas ligadas e profissionais</u></b>									
<b><u>chaves da Administração</u></b>									
Contas a receber de clientes	768 dias	601	340	-	-	601	340	-	-
Venda de móveis		-	-	216	349	-	-	216	349
		1.071	1.091	826	6.607	1.018	1.050	726	4.947

## 23. Transações e saldos com partes relacionadas --Continuação

As operações envolvendo a Companhia e suas partes relacionadas, são efetuadas em condições acordadas entre as partes, que não diferem das condições normais de mercado.

Em junho de 2019, a Companhia efetuou a venda de imobilizado obsoleto para a Telasul com prazo de pagamento de 24 meses com 12 meses de carência.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Todos os saldos serão quitados em moeda corrente.

### Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), remuneração no valor total de R\$ 2.471 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.588 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não oferece a suas pessoas chave, benefícios de remuneração nas categorias de: (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

## 24. Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48/ IFRS 9.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado, são mantidos com a finalidade de recebimento ou pagamento de fluxos de caixa contratuais, que constituem principal e juros, registrados pelo seu valor original e deduzidos de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Os instrumentos financeiros e seus saldos em aberto em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, estão evidenciados a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	<b>45.386</b>	44.090	<b>47.584</b>	45.561
Aplicações financeiras (Nota 4)	<b>3.270</b>	24.373	<b>3.270</b>	24.373
Contas a receber de clientes (Nota 5)	<b>38.735</b>	38.126	<b>38.875</b>	38.248
Empréstimos concedidos (Nota 8)	<b>2.507</b>	2.726	<b>2.507</b>	2.726
Outros ativos (Nota 10)	<b>2.775</b>	3.940	<b>3.171</b>	5.020
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	<b>(3.846)</b>	(1.434)	<b>(4.097)</b>	(1.584)
Adiantamento de clientes (Nota 15)	<b>(18.874)</b>	(15.329)	<b>(20.399)</b>	(17.063)
Outros passivos circulantes e não circulantes (Nota 17)	<b>(4.052)</b>	(5.426)	<b>(4.126)</b>	(5.503)
<b>Instrumentos financeiros líquidos</b>	<b>65.901</b>	91.066	<b>66.785</b>	91.778

## 25. Gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio, e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos dos instrumentos financeiros são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

A Companhia não possui uma política de risco formalizada. A Diretoria é responsável pelo acompanhamento dos riscos e o Conselho de Administração realiza o acompanhamento para mitigação dos principais riscos. Operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo não são realizadas.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e contas a pagar a fornecedores.

- I. **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A principal exposição da Companhia são os empréstimos a receber. Operações de captação de empréstimos ou de seus pagamentos não ocorreram e não possuem saldos anteriores nos períodos analisados. A Companhia tem como prática de financiamento a utilização de capital próprio para suas atividades operacionais, de investimento e de pagamento de dividendos. Assim este risco é mitigado nas transações da Companhia.

- II. **Riscos cambiais**

- Caixa e contas a receber em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta caixa em moeda estrangeira de USD 1.373,70 (R\$ 5.830,20) e saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 423 (em 31 de dezembro de 2019 equivalente a USD 743).

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a incidência de variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de exportação de produtos. A Companhia ajusta a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio.

A Administração da Companhia, a fim de neutralizar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio sobre o dólar americano em futuras exportações, realiza contratos de trava de exportação. A trava cambial permite que a empresa garanta a taxa de câmbio do mesmo dia de sua negociação, para um crédito futuro da exportação. Na prática, a Companhia monitora a oscilação da moeda americana e no momento mais favorável para o negócio realiza a contratação de trava, baseando-se em controles internos de projeção de futuras vendas ao mercado externo, determinando o prazo e a forma de liquidação.

Os saldos dos contratos de trava de exportação estão demonstrados a seguir:

## 25. Gestão de riscos financeiros—Continuação

- **Risco de mercado--Continuação**

DATA DO CONTRATO	PRAZO VENCIMENTO	TAXA	QTDE INICIAL	QTDE EM ABERTO
23/10/2020	22/04/2021	5,6100	600	309
21/12/2020	21/06/2021	5,1500	500	500
TOTAIS			1.100	809
TAXA EM 31/12/2020				5,1961

### Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira, com representatividade, foram definidos dois cenários diferentes para analisar a sensibilidade sobre as oscilações da taxa de câmbio. As composições dessa análise são a deterioração da taxa de câmbio em 25% e 50% em relação à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020. Essas premissas foram definidas com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

	Valores de referência			
	Saldo de contas a receber - USD	Saldo de contas a receber - R\$	Cotação do dólar	Impactos no lucro antes da tributação
Cenário provável (valor contábil)	423	2.198	5,20	-
Cenário possível - 25%	423	1.649	3,90	(550)
Cenário possível - 50%	423	1.099	2,60	(1.099)

### III. **Risco de preço das commodities**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria-prima (chapas de MDF e MDP) a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de ocorrer perdas oriundas de inadimplência das contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua Administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia ainda possui provisão para as perdas estimadas com créditos de devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 5.

### Contas a receber

O risco de crédito ao cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco.



## 25. Gestão de riscos financeiros—Continuação

- **Risco de crédito --Continuação**

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com 24 clientes (25 clientes em 31 de dezembro de 2019) responsáveis por 50,55% (50,63% em 31 de dezembro de 2019) de todos os recebíveis devidos. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual por clientes. As perdas estimadas com créditos de devedores duvidosos foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

### Depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é considerado baixo e são administrados pelo departamento financeiro e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha, sendo monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos.

- **Risco de liquidez**

O controle da liquidez é monitorado pela Companhia por meio da gestão de suas disponibilidades pelo fluxo de caixa, de modo a garantir que seus recursos financeiros estejam disponíveis em montantes suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. A Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir os descasamentos entre a maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

O perfil do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2020 consiste em saldo de fornecedores de R\$ 3.846, desse montante R\$ 3.571 com vencimento de até 90 dias. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos contratados, bem como, por este motivo, efeitos de juros futuros são praticamente inexistentes.

- **Gestão do capital social**

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A administração tem como prática de financiamento o capital próprio gerado por sua atividade, e monitora seu endividamento de modo a otimizar seus os fluxos de caixa e seu valor presente. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A dívida líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fornecedores	<b>3.846</b>	1.434	<b>4.097</b>	1.584
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<b>(45.386)</b>	(44.090)	<b>(47.584)</b>	(45.561)
(-) Aplicações financeiras	<b>(3.270)</b>	(24.373)	<b>(3.270)</b>	(24.373)
Caixa excedente	<b>(44.810)</b>	(67.029)	<b>(46.757)</b>	(68.350)
Patrimônio líquido	<b>155.948</b>	160.042	<b>155.948</b>	160.042
Patrimônio líquido e caixa excedente	<b>111.138</b>	93.013	<b>109.191</b>	91.692

## 26. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros que, foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Moeda	Importância segurada
	De	Até		
Incêndio, queda de raio, explosão e implosão	2020	2021	BRL	172.000
Lucros cessantes	2020	2021	BRL	14.000
Responsabilidade civil geral:				
Nacional	2020	2021	BRL	6.000
Produtos exterior geral	2020	2021	BRL	35.000
Responsabilidade civil para administradores – D&O	2020	2021	BRL	13.500

## 27. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de móveis planejados. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta é apresentada a seguir, conforme a segregação por marca e canal de vendas:

	Consolidado	
	2020	2019
Mercado interno		
Dell Anno e Favorita – lojas exclusivas e próprias	80.899	91.046
New e Casa Brasileira – lojas exclusivas	51.494	47.539
New e Casa Brasileira – multimarca	23.803	26.020
Unicasa Corporate	13.636	12.481
Outras receitas	2.765	3.233
	172.597	180.319
Mercado externo	19.898	13.508
Total da receita bruta de vendas	192.495	193.827

## 28. Impactos COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

O impacto total da pandemia de COVID-19 ainda se encontra em constante evolução na data deste relatório. A pandemia pode ter um impacto material adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global, que deve prejudicar os valores dos ativos da Companhia. Desta forma, é incerta a magnitude que a pandemia terá sobre a condição financeira da Companhia, liquidez e resultados futuros das operações. A Administração está monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho. Dada a evolução diária da pandemia de COVID-19 e as respostas globais para reduzir sua propagação, a Companhia não pode estimar os efeitos da pandemia de COVID-19 em seus resultados operacionais, condição financeira ou liquidez para o exercício de 2020.

## 28. Impactos COVID-19--Continuação

Adicionalmente, baseada nas melhores informações que se encontram disponíveis sobre as consequências econômicas atuais, a Companhia decidiu por adotar as seguintes medidas na intenção de tentar minimizar os possíveis impactos que pode vir a sofrer:

- A partir de 19 de abril de 2020:
  - I. Suspensão das viagens corporativas;
  - II. *Home Office* mandatório a todos funcionários com atividades que possam ser realizadas dessa maneira;
  - III. Suspensão do programa de receptivos a arquitetos, que envolve visita à fábrica, showrooms e fornecedores;
- Redução da capacidade operacional, alinhando-se à redução da demanda que já estamos sofrendo e a previsão dos próximos meses, utilizando as prerrogativas previstas na Medida Provisória 936/20 (convertida na Lei nº 14.020/20 em 6 de julho de 2020) e Medida Provisória 927/20 do Governo Federal:
  - I. Antecipação de 20 dias de férias coletivas dos funcionários da fábrica, iniciando no dia 23 de março;
  - II. Suspensão do contrato de trabalho, por um mês, dos funcionários do segundo turno da fábrica a partir de 01 junho de 2020;
  - III. Redução de 25% da jornada, por um mês, dos funcionários do primeiro turno da fábrica a partir de 01 de junho de 2020;
  - IV. Além das alterações de jornada no setor fabril, também realizamos as mesmas medidas nos demais setores que possuam suas atividades conectadas com a atividade fabril e comercial da Companhia, analisando individualmente as atividades de cada setor.

No segundo trimestre, os principais impactos da pandemia no resultado da Companhia foram:

- Aumento da Provisão para Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa: (i) no Contas a Receber no valor de R\$ 355 (Nota explicativa 5), devido à piora nos índices de inadimplência dos clientes; e, (ii) Outros Ativos a Receber, R\$ 550 na controladora e R\$ 700 no consolidado (Nota explicativa 10);
- *Impairment* de ativo intangível relativo a fundo de comércio, impacto de R\$ 967. O revendedor do ponto comercial em questão comunicou à Companhia que deseja encerrar sua operação e a Companhia não espera encontrar, na atual situação, outro revendedor para explorar esse local. Portanto, registrou a provisão, zerando o valor recuperável do referido fundo de comércio (Nota explicativa 13).

No terceiro trimestre, os principais impactos da pandemia no resultado da Companhia foram:

- Redução da Provisão para Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 283 (Nota explicativa 5), devido à redução nos índices de inadimplência dos clientes;
- Retomada da atividade fabril a 85% da capacidade do período pré-pandemia devido à melhora da economia do país. Nesse cenário, permaneceram afastados do trabalho as pessoas consideradas grupo de risco.

No quarto trimestre, o resultado da Companhia não teve efeitos relevantes em função da pandemia.

No primeiro trimestre de 2021, a atividade fabril retomou aos níveis pré-pandemia. As viagens corporativas ocorrem quando necessárias e as áreas administrativas permanecem com a opção *home office* conforme o caso de cada departamento.

## **29. Evento Subsequente**

### **a) Captação de Empréstimo**

Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia firmou empréstimo em CCB (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$17.000 com taxa de juros de CDI+2,75% ao ano, pelo prazo de 48 meses, com amortização mensal do principal (carência de 6 meses) e dos juros, sendo a última amortização em 23 de dezembro de 2024. O objetivo da tomada deste recurso é a aquisição de máquinas, sendo que parte deste montante, R\$13.000 foram adiantados a um dos fornecedores em 14 de janeiro de 2021 e o saldo restante está reservado para pagamentos futuros até a entrega dos bens.